SE A POBREZA É INEVITÁVEL, QUE SE ORGANIZE O PREJUÍZO

Kristina Michahelles

"Todos temos que empobrecer, porque o Brasil empobreceu. A alternativa está entre empobrecer desordenadamente — com mais inflação e mais desemprego — ou empobrecer com um simultâneo ajuste da economia. Neste momento, é utopia pensar que algum grupo da sociedade possa escapar de uma perda de renda real durante o processo de ajustamento.

É preciso cortar todos os subsídios e não deixar que os aumentos de preços resultantes desta medida sejam repassados aos salários, aluguéis e ativos financeiros. É claro que isso representa um confisco da renda de todos. Mas enquanto diminui o poder aquisitivo de quem recebe salário, cai também o lucro dos que aplicam no open market.

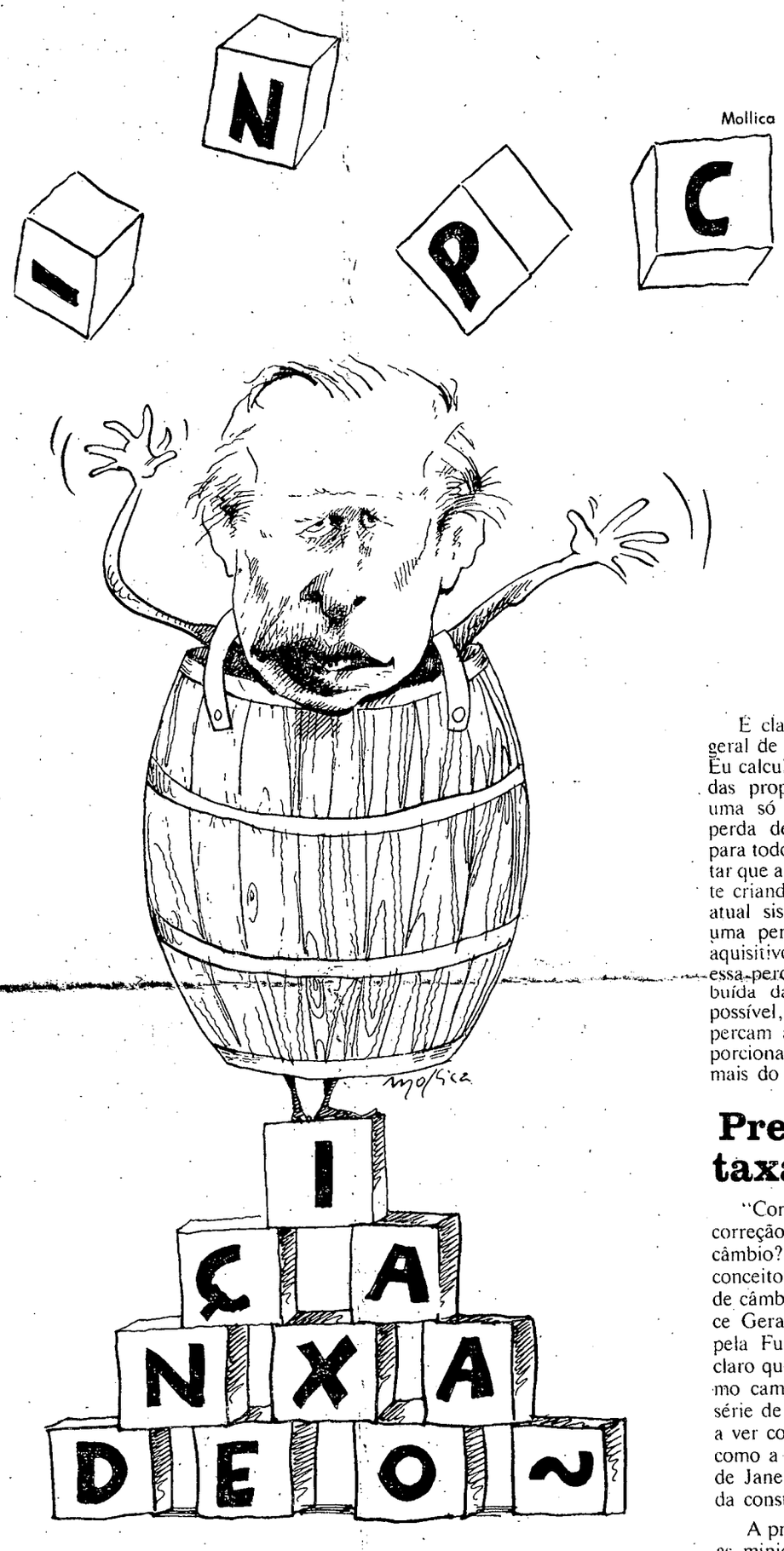
Todos temos que empobrecer — e esse empobrecimento pode ser dosado. A perda de renda real pode ser distribuída de maneira a que os mais ricos percam proporcionalmente mais do que os mais pobres.

Nós não temos muito tempo. Se o Governo não enfrentar o problema, será agredido por ele — e aí o empobrecimento será profundo e duradouro. É preciso que as alternativas à economia brasileira sejam explicadas com clareza e debatidas com toda a sociedade.

Mas isso tem que acontecer rápido. Só continuaremos recebendo apoio do exterior se estivermos dispostos a arrumar a economia internamente.

Para combater a inflação, é preciso muito sacrifício."

Mário Henrique Simonsen, *1o/6/83, em sua sala na Fundação Getúlio Vargas.*



Indexação: "Fazer índices para livros" e "pôr em ordem alfabética uma série de palavras ou frases" — este é o sentido da palavra indexação no idioma português, segundo o **Dicionário Aurélio**. Em economês, no entanto, indexar significa reajustar um pagamento ou uma dívida segundo um índice de preços. No Brasil, a correção monetária, criada em 1964, reajusta os títulos do mercado financeiro, multas, processos judiciais, contratos particulares e as cadernetas de poupança. Já o salário é indexado conforme o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Desindexação: Pode significar desde expurgo simples de algum índice até a extinção pura e simples da **indexação**, como propõe o Dr Bulhões.

Expurgo: Retirar de algum índice o efeito de algum aumento específico de preços por exemplo da gasolina, do trigo...

EMBORA procure manter distância do centro de decisão da política econômica, Mário Henrique Simonsen, 47 anos, continua a ter o papel de privilegiado analista do desempenho da economia brasileira. A sua sala no 10º andar da Fundação Getúlio Vargas, na Praia de Botafogo — para onde voltou após cinco anos na Pasta da Fazenda e cinco meses no Ministério do Planejamento — é uma meca visitada todas as tardes por pelo menos meia dúzia de personalidades do mundo econômico. Isso, além de uma média de 20 telefonemas por hora, atendidos pacientemente por Maria Ivanete, secretária há 14 anos.

Além dessas "audiências", a rotina do ex-Ministro se divide hoje entre as aulas que dá na Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, que dirige, o atendimento aos cerca de 40 alunos, as atividades como membro do Conselho de Administração do Citicorp e inúmeros seminários e palestras. Nas horas vagas, Simonsen gosta de ouvir ópera — canta de cor inúmeras árias — e jogar xadrez nos fins de semana em Teresópolis, dos quais uma boa parte é dedicada ao novo (e volumoso) livro Dinâmica Macroeconômica.

Na véspera do feriado de Corpus Christi, **Simonsen falou de sua** proposta de desindexação — **na verdade, o programa econômico que considera o mais acertado para o Brasil neste momento — e explicou como poderia ser colocada em prática.**

Desindexar é preciso

"É preciso desindexar a economia. A correção monetária foi criada para neutralizar as distorções provocadas pela inflação. Mas depois da primeira crise do petróleo, em 1974, ela passou a ser o principal fator de realimentação da inflação, absorvendo todos os aumentos de custos externos, alheios à economia doméstica.

Mas desindexar não pode significar a simples eliminação da correção monetária, até porque isso não reduziria subitamente a inflação a zero. Enquanto a inflação não estiver por volta de 20% ao ano, algum mecanismo de reajustamento de contratos de longo prazo tem que continuar existindo.

O problema da economia brasileira, hoje, é que os índices usados para corrigir salários, aluguéis e ativos financeiros, como o IGP (Índice Geral de Preços) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), absorvem todos os choques de preços causados por desvalorizações cambiais, corte de subsídios ou aumento de impostos indiretos. Todos estes fatores não podem ser repassados aos salários, aluguéis e ativos financeiros. Por isso, desindexação precisa ser entendida como desvinculação entre estas correções automáticas e os índices de preço como IGP e INPC.

Exemplo: o Governo deveria eliminar radicalmente todos os subsídios, com exceção daqueles destinados à exportação. Subvencionar o consumo de petróleo, por exemplo, significa literalmente queimar cerca de Cr$ 4 bilhões por dia. Mas a retirada do subsídio teria um impacto forte nos preços, e este impacto não pode refletir-se com a mesma intensidade nos salários, aluguéis, títulos financeiros.

Por isso, os atuais mecanismos de indexação devem ser modificados. A correção monetária precisa voltar a corrigir as prestações de contratos de acordo com a inflação interna, sem levar em conta os choques externos. Por isso, a ORTN (correção monetária) devia ser determinada por um índice que expurgasse, do IGP ou do INPC, os produtos importados, impostos indiretos e subsídios. Mas o expurgo deveria ter *critérios públicos e auditáveis.*"

Confisco generalizado

"Todos os salários seriam reajustados de acordo com a correção monetária já expurgada. Isso, é claro, representa um confisco da renda de todos os assalariados. Só que, como a correção monetária expurgada também passaria a corrigir os títulos do mercado financeiro, por exemplo, o confisco também recai sobre o lucro de quem aplica no mercado aberto.

Para neutralizar, pelo menos em parte, esse confisco, os trabalhadores das faixas mais baixas ganhariam um adicional. Quem recebe até dois salários mínimos, por exemplo, ganharia correção monetária mais 5%. De dois a quatro salários, o reajuste poderia ser de correção monetária mais 3%. Acima disto, o reajuste seria de 100% da correção, e assim não haveria a perda brutal de poder aquisitivo da classe média.

A semestralidade dos reajustes seria abolida. Todos os salários só seriam reajustados novamente quando, a partir da data do último aumento, a correção monetária tiver atingido 40% (é o que tem sido, em média, o INPC semestral). Exemplo: quem teve reajuste salarial em maio, não teria o próximo aumento necessariamente em novembro, mas depois de acumulados os 40% da correção, o que pode acontecer em quatro meses ou em nove. O relógio do espaçamento dos reajustes deixaria de ser gregoriano, passaria a ser a inflação.

Uma vez recuperada a economia da atual fase de estagnação e alta inflação, estes 40% poderiam ser reduzidos para 30% ou 20%, talvez até para 10%. Acredito que dentro de um ano seria possível diminuir este intervalo de inflação para 30% ou mesmo para 25%.

A negociação dos índices de produtividade seria temporariamente suspensa até que a economia voltasse a crescer.

O "PACOTE" DE SIMONSEN

- Eliminar de uma vez todos os subsídios (exceto aqueles para exportação).
- Para reajustes de salários, aluguéis e ativos financeiros, expurgar dos índices, como o INPC e IGP, os choques de preços provocados por desvalorizações cambiais, cortes de subsídios e aumentos de impostos indiretos.
- Reajustar os salários segundo a correção monetária, com um pequeno adicional para faixas mais baixas. Em vez de aumentos semestrais, os salários seriam corrigidos quando a inflação chegasse a um índice determinado (por exemplo, 40% acima do índice registrado na época do reajuste anterior). E só haveria negociação da produtividade quando a economia voltasse a crescer.
- Prosseguir com a sistemática de minidesvalorizações do cruzeiro, cujo ritmo acompanharia a variação do Índice de Preços por Atacado de produtos industriais, exclusive petróleo, em vez de seguir os passos da inflação medida pelo IGP.
- Amparar com incentivos fiscais as aplicações em cadernetas de poupança para evitar uma eventual fuga dos depositantes.

É claro que haveria uma perda geral de renda de toda a sociedade. Eu calcularia que, se todas as medidas propostas fossem tomadas de uma só vez, isso significaria uma perda de poder aquisitivo de 7% para todos. Mas é importante ressaltar que a inflação já está praticamente criando isto todos os meses. Pela atual sistemática, já está havendo uma perda desordenada de poder aquisitivo. O que proponho é que essa perda de renda real seja distribuída da maneira mais equitativa possível, no sentido de que todos percam alguma coisa, embora proporcionalmente os mais ricos percam mais do que os mais pobres".

Preconceito na taxa de câmbio

"Como conciliar a variação da correção monetária com a taxa de câmbio? Parece-me que há um preconceito a eliminar: o de que a taxa de câmbio deve acompanhar o Índice Geral de Preços (IGP) apurado pela Fundação Getúlio Vargas. É claro que não se pode ter artificialismo cambial. Mas o IGP tem uma série de componentes que nada têm a ver com os custos de exportação, como a alta da alimentação no Rio de Janeiro ou o aumento de custos da construção civil.

A proposta concreta seria balizar as minidesvalorizações cambiais do cruzeiro pelo Índice de Preços por Atacado dos produtos industriais, exclusive petróleo, que é um índice conhecido e que retrata de maneira bastante aproximada os custos dos produtos de exportação. Assim, a eliminação dos subsídios afetaria muito menos este índice do que o IGP. É claro que alguma influência haveria, já que o óleo diesel ou o óleo combustível entram diretamente ou via custos de transporte no preço de alguns produtos.

Mas acredito que em toda a retirada de subsídios, o repasse necessário à taxa de câmbio não seria superior a algo em torno de 4% ou 5%, o que certamente poderia ser absorvido sem trauma dentro do sistema atual de minidesvalorizações, e, ao final de três meses, a correção monetária e a taxa cambial estariam praticamente iguais."

Resistência ao expurgo

"Quais seriam as dificuldades de colocar em prática estas medidas? Talvez fosse preciso alguma providência para evitar uma eventual fuga das cadernetas de poupança e um afluxo maior para o mercado de CDBs (Certificados de Depósito Bancário). A solução seria puramente fiscal: as cadernetas poderiam receber um incentivo e, em compensação, a tributação sobre os rendimentos dos CDBs poderia ser elevada, pelo menos temporariamente, até que o mercado tivesse absorvido as mudanças.

Obviamente, existem resistências políticas e psicológicas ao expurgo, sobretudo no caso dos salários. Uma maneira de vencê-las é, simplesmente, explicar de forma clara à sociedade que o sistema atual é gerador de mais desemprego e de mais inflação. Dentro do sistema atual — indexação não expurgada — os trabalhadores são espoliados com mais inflação, cada vez que há uma inflação mais acelerada.

Parece-me que o Governo tem que negociar, não apenas com o PTB, como está fazendo agora, mas com todos os Partidos, com toda a sociedade. É preciso que o Governo deixe claro quais são as alternativas para a economia. A meu ver, existe a alternativa de cortar os subsídios, reconhecer que esse corte gera uma perda temporária de renda real da população e graduar este sacrifício de maneira eqüitativa.

O debate exige urgência. Acho que um dos melhores argumentos é dizer que em países como Itália, Dinamarca ou Bélgica foi possível acertar acordos entre sindicatos, patrões e Governo para aceitar o expurgo dos índices, para fins de reajustes. O sistema atual de correção monetária, como funciona no Brasil, não encontra mais paralelo em nenhuma outra parte do mundo. Indexação sem expurgo, à brasileira, é um sistema considerado da mais absoluta ineficiência, que só funciona quando não há choques externos."

Um programa de transição

"Este é um programa econômico para uma transição. A sua vantagem é que a economia poderia começar a se ajustar. Em primeiro lugar, o déficit público poderia ser adequado de um golpe ao figurino do Fundo Monetário Internacional. Com isso, cairiam os juros no mercado interno. É óbvio que o mercado financeiro levaria talvez dois ou três meses até absorver as mudanças e gerar os efeitos em termos de queda das taxas de juros.

Com os juros mais baixos, ao lado de uma menor pressão salarial, haveria a possibilidade de uma reativação da economia. Além disso, com o fim da realimentação da inflação, *via* indexação, a inflação poderia cair, em 12 meses, para 70% ao ano. Diria que depois de meio ano já teríamos uma recuperação visível da economia brasileira, condição essencial para continuarmos recebendo apoio financeiro externo.

Todas as medidas teriam que ser tomadas de forma sincronizada, é evidente. E é importante que todos tivessem a consciência de que a proposta atinge todos os segmentos da sociedade, cuidando de atingir proporcionalmente mais os mais ricos, e de sacrificar menos aqueles de menor renda. Não teria sentido fazer uma proposta de um expurgo que sacrificasse os assalariados e desse um vasto ganho de capital aos operadores de mercado aberto. Seria uma política de Robin Hood às avessas.

Kristina Michahelles é repórter da Editoria de Economia do JORNAL DO BRASIL